

vado sobre o território, exige a constituição de novas bases sociais sobre as quais se poderá mover à ação reguladora do Estado, ou seja, é preciso reconhecer a necessidade de maior controle social por parte da sociedade e garantir um novo conteúdo social àquela ação reguladora, a fim de contra-arrestar a mobilidade dos capitais com as novas habilidades das lutas sociais. Este é, talvez, o grande sentido do livro.

A NEW PHILOSOPHY OF SOCIETY – ASSEMBLAGE THEORY AND SOCIAL COMPLEXITY

Manuel DeLanda

London: Continuum, 2006

Henri Acebrad

Professor Associado do IPPUR/UFRJ,
pesquisador CNPq

Gustavo Bezerra

UFF Volta Redonda

Este livro de Manuel DeLanda reflete um esforço de pensar diferentemente ou, de acordo com a fórmula de Montaigne, pensar “ailleurs” – em outro lugar – isto é, dedicar-se a mudar de posição para experimentar um redirecionamento de pontos de vista.¹ Trata-se, no caso, de procurar escapar do território das teorias sociais que se baseiam na dialética e no construtivismo em favor da aplicação da teoria do agenciamento de Gilles Deleuze à realidade social. Ainda que reconheça tratar-se de “rudimentos de uma teoria”, DeLanda busca usar diferentes recursos conceituais para propor uma “nova teoria do agenciamento”, vendo a complexidade social como composta por uma variedade de todos que emergem de partes heterogêneas. O problema da conexão entre os níveis micro e macro da realidade social é enfrentado por meio de uma síntese não dialética das propriedades de um todo que não é redutível às suas partes. Com essa solução, DeLanda almeja conceituar um estado ontológico de múltiplos níveis intermediá-

rios situados entre o micro e o macro – exemplificados pelas interações sociais de Erwin Goffman e pelas instituições de Max Weber – nos quais as propriedades do todo supostamente emergem da interação entre suas partes.

Contrariamente aos sociólogos influenciados pela fenomenologia, DeLanda adota uma ontologia social “neorrealista”, considerando a existência da realidade social de forma independente das mentes. Para ele, as organizações institucionais, redes interpessoais e outras entidades sociais existentes deveriam ser tratadas como independentes de suas respectivas conceituações, resultando de processos objetivos de agenciamento. As entidades sociais são, pois, para ele, agenciamentos construídos por meio de processos históricos bem específicos, nos quais a linguagem exerce um papel importante, mas não constitutivo. A tarefa filosófica de clarificação ontológica deve, para DeLanda, contribuir para o trabalho de cientistas sociais naquilo em que seu esquema ontológico pode ser aplicado a diferentes entidades sociais através de movimentos ascendentes que vão desde a escala pessoal até Estados territoriais. A sua noção de ontologia plana refere-se à “univocidade do ser”, uma tese medieval reciclada por Deleuze segundo a qual “a univocidade é a síntese imediata do múltiplo: a unidade não diz nada além do múltiplo, cabendo substituir a concepção de que este último subordina-se ao anterior [ou seja, o múltiplo ao um] como a uma espécie comum e superior capaz de incluí-lo”.² DeLanda busca aplicar o esquema do agenciamento de Deleuze e Guattari a objetos tais como classes, organizações, cidades e Estados-nação.

Em um eixo horizontal inicial, eles consideram esses agenciamentos como possuidores de dois segmentos: conteúdo e expressão; de um lado, um agenciamento mecânico dos corpos, ações e paixões, uma mistura de corpos reagindo uns aos outros; de outro, um agenciamento coletivo da enunciação que age e enuncia transformações incorpóreas que são atribuídas aos corpos. No segundo eixo, vertical, o agenciamento tem, por um lado, faces territoriais ou reterritoriali-

¹ Lapierre, N. *Penser Ailleurs*. Paris: Folio Essais/Gallimard, 2004, p.12.

² Zourabichvili, F. *Le vocabulaire de Deleuze*. Paris: Ellipses, 2003, p.82. Tradução por Taylor Adkins. Disponível em <<http://fractalontology.wordpress.com/2007/11/03/two-entries-from-francois-zourabichvilis-book-on-deleuzes-vocabulary-univocity-and-pre-individual-singularities/>>. Em português, ver <<http://pt.scribd.com/doc/50483460/12/UNIVOCIDADE-DO-SER-univocite-de-etre>>. Acesso em outubro 2011.

zadas que o estabilizam e, por outro lado, picos de desterritorialização que o dissipam. O que interessa a DeLanda é, nos seus termos, “todo tipo de fenômeno de auto-organização, desde os padrões de vento que têm regulado a vida humana por longo tempo, como a monção, até padrões de auto-organização presentes dentro de nossos corpos, processos de auto-organização na economia e o processo de auto-organização que criou a Internet”.³ Esses padrões de conexão entre diferentes elementos diferem de sistemas centralizados na medida em que levam as operações a se coordenarem a si mesmas e o resultado final a se sincronizar, independentemente de uma agência central. Esse é um modo de coordenação horizontal, sem intervenção de uma agência hierárquica, no qual os agenciamentos são uma articulação de elementos discursivos e não discursivos de objetos e ações.

Em décadas recentes, a presença de conceitos deleuzianos (e deleuzianos-guattarianos) em inúmeras disciplinas ou campos de investigação contemporâneos tem se manifestado por meio de amplos efeitos no ambiente cultural. Relações entre a antropologia e a filosofia deleuziana, por exemplo, têm se intensificado, confirmando o papel de Deleuze no estabelecimento do que Viveiros de Castro chama de “uma certa estética conceitual contemporânea”.⁴ A legitimidade da antiga premissa da descontinuidade ontológica entre signo e referente ou entre linguagem e mundo é contestada; a proposta, em vez disso, é a de promover o fracionário-fractal e o diferencial mais do que o unitário e o combinatório, a conexão de elementos heterogêneos em lugar da correspondência entre séries homogêneas, a continuidade de forças mais do que a descontinuidade da forma.⁵ A pressuposição de indistinguibilidade entre epistemologia e ontologia justifica o entendimento de que conhecer não é mais um meio de representar o (des)conhecido mas um meio de interagir com ele e de criar mais do que de contemplar, refletir ou comunicar.⁶

³ Entrevista com Konrad Becker e Miss M., *Virtual Futures*, Warwick 96. Disponível em <<http://www.t0.or.at/delanda/intdelanda.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2008.

⁴ Castro, E. V. “Filiação intensiva e aliança demoníaca”. *Novos Estudos do CEBRAP*, São Paulo, n. 77, 2007.

⁵ *ibid.*

⁶ Castro, E. V. *Ibid* Deleuze, G. *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Minuit, 1991.

Vale a pena considerar em que medida a proposta de DeLanda realiza esse novo desafio intelectual de interagir com o mundo. Nas discussões provocadas pelo livro *A New Philosophy of Society (Uma Nova Filosofia da Sociedade)*, algumas reações o veem como filosoficamente perspicaz e sociologicamente problemático. Alguns críticos destacam que DeLanda toma como dado o rearranjo em curso entre o Estado e as esferas pública e privada, bem como a reformulação das instituições da sociedade civil. Assim, ele demonstra pouco interesse em explorar o diagrama do presente, as condições de sua efetivação em andamento ou as condições de sua mudança,⁷ ignorando categorias como poder, dominação, dissimetria e antagonismo enquanto fatores cruciais para se entender as disputas.

As implicações sociológicas da intenção de DeLanda apresentar uma nova filosofia da sociedade deveriam certamente ser examinadas e problematizadas. Primeiramente, a tradução de conceitos – como é o caso do *agenciamento* (*agencement* em francês, traduzido para *assemblage* em inglês) – implica no risco de que algo da força expressiva que tais conceitos acumularam historicamente através de seu uso seja perdida. Assinalou-se, por exemplo, que o uso de *assemblage* como tradução para *agencement* pode perder o sentido de *tornar-se* que Spinoza atribui a composições feitas de dois ou mais corpos que têm alguma coisa em comum.⁸ Em segundo lugar, vale a pena considerar as diferentes formas pelas quais os conceitos são correntemente mobilizados. Um modo possível, por exemplo, é o de se referir a seus conteúdos históricos empiricamente observados; outro modo é o de vê-los como categorias heurísticas ou analíticas que visam organizar evidências históricas com bem pouca correspondência direta.⁹ Em particular, cabe notar que quando conteúdos migram de um domínio para outro, eles adquirem “uma realidade que eles não tinham no ponto de

⁷ Clough, P.; Han, S.; Schiff, R. “Book Review: *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity* by Manuel DeLanda London and New York: Continuum, 2006”. *Theory, Culture & Society*, Nottingham, 2007, 24 (7-8): 389.

⁸ Phillips, J. “Agencement/Assemblage”. *Theory, Culture & Society*, Nottingham, 2006; 23 (2-3): 108-109.

⁹ Thompson, E. P. “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’” In: Thompson, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002 (originalmente publicado em *Quaderni Storici*, nº 36, 1977).

partida”.¹⁰ Consequentemente, a migração de conceitos, como sugere Stengers,¹¹ exige que questionemos a capacidade desses conceitos organizarem o estudo em um campo fenomênico, e também que reflitamos sobre as condições socioculturais dessa operação, posto que a formação e a difusão de conceitos são atravessadas por dinâmicas distintas: de um lado, a história das batalhas simbólicas envolvendo sua criação e reconfiguração; de outro, a tendência a se naturalizar a objetivação que o conceito adquire em suas sucessivas migrações entre campos do conhecimento. Quando um conceito é reconhecido como capaz de organizar o estudo de um campo fenomênico, a história tende a naturalizar seu processo de propagação. É, portanto, a “produtividade” do conceito – sua adaptabilidade, sua fertilidade, sua capacidade de anular o sentimento de que contém um caráter relativamente arbitrário, e seu poder intrínseco de organização ou, em uma perspectiva Deleuziana, de interação com o real – o que explica seu sucesso. Uma reflexão metódica é, portanto, necessária sobre os limites e condições de validade dos instrumentos conceituais ou, em outras palavras, da pertinência de sua aplicação à teoria do objeto, dado que “para cada objeto construído, uma teoria”¹² – em nosso caso, o objeto de uma filosofia “do social”.

DeLanda pretende reinterpelar a sociologia, assim como o fez Deleuze – nos termos do posfácio de Jacques Donzelot ao *Anti-Édipo*, por uma “antissociologia” que então tentava escapar das dicotomias que caracterizaram o surgimento da sociologia tais como: a alternativa entre funcionalismo e estruturalismo, a distinção entre infra e superestrutura, e a percepção do Estado como a secreção instrumental de uma vontade partidária ou coletiva.¹³ Para DeLanda, a questão hoje é a de enfrentar a dialética e o construtivismo. Mas o que a noção de “social” realmente significa aqui? O autor não apresenta uma definição sistematizada para isso. Fica para o leitor a tarefa de juntar as pistas deixadas

pelo autor – uma solução que não é de modo algum casual, dado que o que vigora é a suposição de que todas as entidades e relações, sejam elas sociais ou não sociais, são ontologicamente indistintas, por se constituírem por meio de agenciamentos. Não é incomum encontrarmos no texto exemplos de agenciamentos sociais junto a exemplos de agenciamentos orgânicos. O autor reivindica, porém, que as diferenças entre “o não social e o não biológico” existem: enquanto os agenciamentos biológicos seriam basicamente engendrados por processos causais (multivariados e não lineares), os agenciamentos sociais seriam largamente afetados também por mecanismos subjetivos como “razões e motivos”. Nisso, a menção a Weber revela uma afinidade maior com a tradição sociológica alemã, que define o “social” pela presença da subjetividade – o espírito – do que com a tradição francesa, que define o social pela oposição a uma suposta rigidez e a historicidade do mundo natural – a tradição intelectual que fala em “desnaturalizar” o social. Outro modo de se entender a distinção entre social e biológico seria pelo modo de expressão/codificação – o modo de constituir a identidade/estabilidade de um agenciamento, ao lado de seus processos de territorialização: a codificação dos agenciamentos sociais ocorreria pela linguagem e não pelos genes. Assim, parece que linguagem e subjetividade são os diferenciais do “social” para DeLanda. Ele insistirá, porém, na lógica da continuidade entre o social e o não social ao afirmar que a dimensão expressiva dos agenciamentos é em larga medida “material” e não discursiva: apoiando-se em Goffman, ele argumenta que os entes materiais (roupas, gestos etc.) presentes em um agenciamento seriam igualmente – ou de forma mais forte – “expressivos”, e, portanto, codificadores das relações entre os humanos. Assim, considera que no mundo social, como no mundo não social, a expressão também se dá pela matéria, só que de um modo menos intenso do que no mundo dos seres não humanos. Ao adotar esta perspectiva, o autor aproxima sua abordagem daquela de outros pensadores que se apropriam de Deleuze para empreender uma crítica da sociologia. Em Latour, por exemplo, a “antissociologia” de inspiração deleuzeana seria mais radical, visto sua substituição de intersubjetividade por interobjetividade – rejeitando assim não só a definição de tradição francesa a respeito da especificidade do “social”, mas a própria hermenêutica que marcou boa parte da sociologia alemã e a antropologia

10 Goriely, G. “Les Cadres Sociaux de la Pensée Biologique”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. XXVII, 1959, p.166.

11 Stengers, I. “La propagation des concepts”. *D'une science à l'autre: des concepts nomades*. Paris: Seuil, 1987, p.17.

12 Delaporte, Y. “De la distance à la distanciation. Enquête dans un milieu scientifique”. In: Gurwirth, J.; Pétonnet, C. (eds) *Chemins de la Ville. Enquêtes Ethnologiques*. Paris: Ed. du CTHS, 1987, p.229.

13 Donzelot, J. “Uma Anti-sociologia”. In: *Capitalismo e esquizofrenia – dossier Anti-Édipo, Cadernos Peninsulares*, Nova Série, Ensaio 20, Lisboa: Ed. Assírio e Alvim, 1976, p.172-3.

norte-americana. De um modo geral, tais críticas da sociologia apoiam-se na recusa do “esquematismo” que caracterizaria esta disciplina. DeLanda busca então os agenciamentos como alternativas ao recurso a totalidades descritivas – do tipo “a sociedade como um todo”, assim como a visões essencialistas de entes sociais.

Entretanto, é difícil não considerar que, ao fazê-lo, o autor tenha, por sua vez, recorrido a outros tipos de esquematismo. Seu texto é construído sobre um esforço sistemático de adaptar a empiria à teoria, visando mostrar que a forma do social é a mesma – relações de exterioridade, materialidade/expressividade e territorialização/deterritorialização – independentemente de se estar falando de pessoas e redes, organizações e governos, ou cidades e nações. Imerso em uma discussão basicamente formal, o autor lança mão de exemplos concretos retirados dos estudos empíricos, empreendendo as correções que acha necessárias em cada caso para que nele seja identificado um agenciamento ao invés de uma “ilusão” sociológica. Os exemplos não acumulam, porém, uma reflexão de conteúdo e, por isso, tanto faz que eles sejam referidos ao mercantilismo descrito por Fernand Braudel, aos movimentos por justiça social na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII, descritos por Charles Tilly, ou às formas de dominação definidas por Weber.

Sem empreender uma reflexão original acerca da historicidade e dos “problemas públicos” que envolvem os seres/relações que busca evidenciar, este trabalho DeLanda não se aproxima das questões provocativas levantadas por Deleuze em suas reflexões sobre “Capitalismo e Esquizofrenia”, estas mesmas questões que estiveram na raiz da emergência dos conceitos que DeLanda utiliza, como os de territorialização e desterritorialização. Fica assim no leitor a impressão de que o “A New Philosophy of Society” é uma versão desencarnada – e, de certo modo, domesticada – do pensamento deleuzeano sobre o social. Se, para Jacques Donzelot, o essencial da reflexão de Deleuze sobre o Estado consistiria em retirar “o véu mais ou menos pudico lançado sobre o problema do Estado” quando se constata a sua “aptidão para subordinar movimentos revolucionários”,¹⁴ DeLanda, por sua vez, vê o Estado como um agenciamento sem centro. Por conseguinte, sua preocupação em fazer migrar o conceito de agencia-

mento para a filosofia do social parece não responder suficientemente às demandas contemporâneas por conceitos que favoreçam o nosso entendimento do novo *socius*, como visto, por exemplo, nas áreas de indistinção na qual hoje o legal se funde com o ilegal, o público com o privado, o político com o econômico, a norma com a exceção. Esta demanda por conceitualização nos lembra Walter Benjamin, para quem as palavras são como velas de um barco que, conforme sejam tecidas, podem tornar-se conceitos que, sob a ação dos ventos da história, nos ajudam a pensar o mundo.¹⁵

¹⁴ Donzelot, J. *ibid.*, p.173.

¹⁵ Benjamin, W. “Das Passagen-werk”. In: *Gesammelte Schriften*, vol. 1, Suhrkamp, Frankfurt-am-Main, 1972, *apud* Vandenberghe, F. *Reconfiguration et rédemption des acteurs em réseaux – critique humaniste de la sociologie actancielle de Bruno Latour*, *Revue du MAUSS*, n. 17, 2001, p.117.